

Brecha camponesa e jardins de resistência: tenacidade ambiental entre trabalhadores rurais na zona canavieira do Nordeste do Brasil, século XX

Peasant Breach, and resistance gardens: environmental resilience among rural workers in the sugarcane area (Northeast Brazil, XXth century)

Christine Rufino Dabat*

Resumo: A história ambiental constitui um recurso inovador na busca de uma perspectiva, liberando a história das amarras do velho eurocentrismo. Com efeito, ela pode permitir o resgate de realidades naturais e humanas da “não Europa”, como diria Blaut, da subalternidade à qual as bases axiomáticas da disciplina eurocêntrica e evolucionista as condenam. Ensaiar-se-á o exercício com o exemplo dos sítios e roçados dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco. As tradições camponesas das populações, de origem e deportadas, formaram, séculos a fio, trabalhadores de ambos os sexos enquanto produtores de abastecimentos diversos (comida, roupas, remédios etc.) para aqueles submetidos a uma situação concentracionária.

Palavras-chave: açúcar; brecha camponesa; eurocentrismo.

Abstract: Environmental history presents an innovative approach which may adopt a perspective freeing history from the shackles of ancient eurocentrism. It can provide the salvation of natural and human realities in “non-Europe”, as Blaut would say, from subalternity as dictated by axiomatic norms of eurocentrism, and evolutionism that condemn them. Proposed here is such a study based on the example of gardens cultivated by sugar cane cutters in Pernambuco. Peasant traditions of original or transported populations informed, for centuries, rural workers of both

* Professora de História PPGH-UFPE. A autora agradece as excelentes contribuições dos pareceristas, assim como as sugestões e correções da equipe editorial. E-mail: christine.rufino.dabat@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5715-7098>.

sexes on how to produce various subsidies (food, clothing, medicine...) for those submitted to concentrationary circumstances.

Keywords: sugar; peasant breach; eurocentrism.

O TRABALHO DO MEIO AMBIENTE e o Meio Ambiente do Trabalho apontam para um campo imenso. Evocam algo no sentido da história ambiental como história da humanidade. Nesse contexto, poderia esboçar-se um desdobramento – a meu ver desejável: a história ambiental contribui para alimentar alternativas ao eurocentrismo na disciplina. Assim, surge como um movimento imprescindível para reconsiderar a história – e, portanto, o futuro – de espaços e classes condenados à subalternidade axiomática em virtude de seus ditames. Entre os pioneiros, contam Samir Amin,¹ assim como Dominique Perrot e Roy Preiswerk,² James Blaut³ e muitos outros.

Em termos de classes, o papel do campesinato apresenta-se como um recorte raramente apontado por não ter papel de destaque na fase mais ‘desenvolvida’ do evolucionismo cultural incorporado ao eurocentrismo. Grandes autores, como Sidney Mintz,⁴ Caio Prado Jr.,⁵ José Carlos Mariátegui⁶ ou Ji Chaoding⁷ já abriram o caminho para outras interpretações. Suas obras associam propostas de revalorização de seus espaços de predileção (Caribe, Brasil, Peru, China). O papel dos camponeses é visto como capaz de criar historicidade, muito mais que o suposto ‘modo de produção feudal’⁸ lhes concederia. Pois são todos estudiosos situados no campo marxista de análise das sociedades.

Felizmente, correntes crescentes na historiografia inauguram novos aparatos conceituais. O afrocentrismo, já com várias gerações após Cheikh Anta Diop,⁹ o fez; os *subaltern studies*, também com tendências desbravando novas rotas como Ranahit Guha,¹⁰ Dipesh Chakrabarty,¹¹ Sanjay Subrahmanyam,¹² entre outros, a partir de novas visões da história da Índia, ou recuperando perspectivas ameaçadas de extinção frente a ideologias perigosas, como o propõe Romila

1 AMIN, Samir. **El Eurocentrismo**. Crítica de una ideología. México: Siglo Veintiuno, 1989.

2 PERROT, Dominique; PREISWERK, Roy. **Ethnocentrisme et Histoire**. L'Afrique, l'Amérique indienne et l'Asie dans les manuels occidentaux. Paris: Anthropos, 1975.

3 BLAUT, James Morris. **The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History**. New York; London: The Guilford Press, 1993.

4 MINTZ, Sidney W. **Caribbean Transformations**. Baltimore: The Johns Hopkins Univ. Press, 1984.

5 PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)**. São Paulo: Brasiliense, [1942] 14ª ed., 1976.

6 MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

7 CHI CH'AO-TING. **Key Economic Areas in Chinese History as revealed in the Development of Public Works for Water-control**. New York: Paragon Book Reprint Corp. 1963. Ji Chaoding na transcrição pinyin.

8 DABAT, Christine. Notas sobre a transferência dos conceitos de ‘feudalismo’ e de ‘modo de produção feudal’ aplicados a regiões não europeias. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 11, n. 2, p. 199-228, jul./dez. 1995.

9 DIOP, Cheikh Anta. **Nations nègres et culture**. De l'antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels de l'Afrique Noire d'aujourd'hui. Paris; Dakar: Présence Africaine, [1954], 4ª ed., 1979.

10 GUHA, Ranajit. **Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India**. Foreword by James Scott. Durham; London: Duke University Press, 1999.

11 CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

12 SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The career and legend of Vasco da Gama**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Thapar.¹³ Entre os parceiros mais importantes dos historiadores, antropólogos de Sidney W. Mintz¹⁴ a Philippe Descola,¹⁵ passando por Marshall Sahlins¹⁶ e Greg Denning,¹⁷ e muitos outros.

Então, pode-se propor que a história ambiental seja uma perspectiva útil para nossa disciplina libertar-se das amarras do velho eurocentrismo, permitindo o resgate da ‘não Europa’.¹⁸ São espaços, populações, práticas, estéticas, percepções e representações, às vezes considerados periféricos, subalternos, ‘atrasados’. Abre-se, desse modo, mais generosamente a possibilidade de uma “História em partes iguais”, nas palavras de Romain Bertrand.¹⁹

A experiência dos trabalhadores canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco constitui um exemplo rico pela sua duração. A perícia desses agricultores à margem do latifúndio monocultor é manifesta nos próprios testemunhos desses atores sociais, como pelas raras menções nas documentações oficiais desde o Quilombo dos Palmares.

O Brasil filho simbólico da floresta, mas promotor da plantação que desmata

A NATUREZA TROPICAL conheceu um destino historiográfico muito diverso, enriquecido sobremaneira pelas obras de pesquisadores como José Augusto Pádua. Muito admirada pelos europeus, foi concomitante e paradoxalmente rebaixada, no discurso erudito, como o demonstrou Antonello Gerbi,²⁰ e nas práticas agrícolas coloniais descritas por Warren Dean.²¹ O meio ambiente tropical, caluniado por autoridades como De Paw e Buffon, não fora objeto do menor cuidado pelos invasores europeus.

Paradoxalmente, esta questão oferece, ademais, outro desafio para o historiador: a natureza supostamente bruta, ‘virgem’, a floresta de origem, ocupou o lugar de destaque no pensamento brasileiro, como o estudou Pádua,²² no momento crucial da construção da identidade nacional. O romance nacional brasileiro parece tê-la colocado, de certo modo, entre os ‘ancestrais escolhidos’. No século XIX, concomitantemente, optou-se aqui pela floresta idealizada – na prática devastada²³ – como genitora da nova nação, em vez de Rolando para

13 THAPAR, Romila. **The Past as Present**. Forging contemporary identities through history. New Delhi: Aleph Book, 2014.

14 MINTZ, Sidney W. **O poder amargo do açúcar**. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Edufpe, 2ª ed. revista e ampliada, 2010.

15 DESCOLA, Philippe. **L'écologie des autres**. L'anthropologie et la question de la nature. Versailles: Quae, 2011. DESCOLA, Philippe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

16 SAHLINS, Marshall. *Âge de pierre, âge d'abondance*. Économie des sociétés primitives. Préface de Pierre Clastres. Paris: Gallimard, 1976. Idem. **As ilhas da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

17 DENING, Greg. **A poetic for Histories**. Transformations that Present the Past. Ed. Aletta Biersack. Washington DC: Smithsonian Inst., dez. 1990.

18 BLAUT, op. cit.

19 BERTRAND, Romain. **L'histoire à parts égales**. Récits d'une rencontre Orient-Occident (XVIe-XVIIe siècle). Paris: Seuil, 2011.

20 GERBI, Antonello. **O Novo Mundo**. História de uma polêmica, 1750-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

21 DEAN, Warren. **A ferro e a fogo**. A história da devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

22 PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

23 CARNEIRO, Raíssa Orestes. **Os “donos das florestas”**: Código Florestal, debates políticos e direito de

os franceses; ou Armínio (Hermann), como o mostrou Simon Schama,²⁴ para os alemães. A História é romântica, dizia Chaunu. Também neste aspecto. Como a antropologia, é também fundamentalmente dualista, segundo Descola:

Não pensamos as civilizações não ocidentais, ou mesmo o Ocidente pré-moderno, como sistemas completos de conceptualização do mundo alternativo ao nosso [...]. Fazer do dualismo moderno o gabarito de todos os estados do mundo tem levado, portanto, a antropologia a esta forma peculiar de eurocentrismo erudito que consiste a crer, não que as realidades que os humanos objetivam são, em todo lugar, idênticas, mas que nossa maneira própria, a nós, de objetivá-las é universalmente compartilhada.²⁵

Nesse sentido, a historiografia não eurocêntrica desvenda, sem preconceito, o devir das sociedades que estuda. Evidencia a maneira eficiente pela qual a floresta fora plantada²⁶ pelos povos originários,²⁷ com planejamento em longo prazo. Dean analisou sua riqueza por meio de “reconstituição especulativa”, de tipo analógico, a partir dos dados disponíveis sobre a Amazônia e restos ainda existentes de mata atlântica. Uma biodiversidade comportando mais de 800 essências de árvores e uma fauna muito variada. “Uma única copa de árvore pode abrigar mil espécies de insetos e a mata atlântica, como um todo, pode ter abrigado um milhão delas, das quais apenas pequena percentagem foi, ou será um dia, batizada pelos cientistas.”²⁸

Apesar da catástrofe que se abateu sobre os povos primeiros com a invasão europeia, seus descendentes mantiveram esses conhecimentos ambientais vivos e atualizados, compartilhando-os com imigrantes, mesmo que forçados. Eles figuram entre os povos mais eficientes na conservação dessas tradições, mas também na sua adaptação a novos ambientes, em função da fuga para lugares mais seguros, como os Kogis subindo a montanha da Colômbia.²⁹

Palmares e Cucaú

Brotam aqui duas colheitas anuais de milho e também de feijão, mandioca, açúcar, batata, tabaco, legumes, frutas; são criados porcos e galinhas. Muito mais e melhor comem os negros de Palmares que os habitantes da costa, onde a devoradora cana-de-açúcar, produzida para a Europa, usurpa todo o tempo e todo o espaço de todos. (Galeano).³⁰

propriedade na discussão sobre a conservação das matas em Pernambuco (1889-1911). Recife: PPGH-UFPE, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13939>.

24 SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

25 DESCOLA, op. cit., 2011, p. 35. Tradução da autora como nas demais citações em idiomas estrangeiros.

26 RIBEIRO, Berta (ed.). **Suma etnológica brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1987. Particularmente o vol. I, cap. 11: Darrell A. Posey. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). Op. cit., p. 173-185.

27 A etnografia e a antropologia fornecem pistas de como apreciar justamente a competência dos povos primeiros, na contramão do eurocentrismo habitual, que tende a colocá-los no balaio dos “povos sem história”, ignorando propositadamente o ponto de interrogação que Eric Wolf havia colocado no fim do título de sua obra. WOLF, Eric. **Europa y la gente sin historia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

28 DEAN, op. cit., p. 33.

29 JULIEN, Eric. **Le chemin des neuf mondes**. Les indiens Kogis de Colombie peuvent nous enseigner les mystères de la vie. Paris: Albin Michel, 2001. Descola relata um caso muito triste no México. DESCOLA, Philippe. **La composition des mondes**. Paris: Flammarion, 2014. p. 33-36.

30 GALEANO, Eduardo. **Memória do fogo**. v. I. Nascimentos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 347.

No caso da Zona da Mata de Pernambuco, o assunto aqui evocado faz parte daqueles repertoriados como história não escrita.³¹ Pequenos rastros, no entanto, aparecem em mosaico, a exemplo do famoso Quilombo dos Palmares, embora os relatos oficiais sobre a guerra deixem transparecer a presença de produções agroflorestais e artesanais, em parte confirmadas pela arqueologia. Sua importância e o extraordinário feito de sua existência transparece em indícios. Assim, em situação comparável na Jamaica do século XVII, foi negociada a “não destruição das roças”, além de garantias quanto às pessoas.³² O governador de Pernambuco ofereceu, em 1663, aos “negros dos mocambos”, as terras para roças e aldeia,³³ além da liberdade. Na guerra, os invasores mencionam sempre a destruição das roças e das reservas.³⁴

No entanto, a dimensão de competência agroflorestal é evocada apenas de forma alusiva pelos documentos. “Plantações dos negros com algumas ‘pacovas verdes’”,³⁵ roças aproveitadas pelas forças invasoras, às vezes forçadas a “voltar por falta de mantimentos”.³⁶ Em outra época, o próprio rei mandou que fossem “recolhidos os mantimentos das suas lavouras e palmares” para o mesmo propósito.³⁷ Isso prova *a contrario* a competência agrícola necessária para se sustentar nessas regiões. Pe. Vieira é o mais disserto sobre o assunto: após falar dos múltiplos usos das palmeiras que deram nome à região do quilombo, detalha as realizações agrícolas dos habitantes rebeldes:

São grandemente trabalhadores, plantam todos os legumes da terra, de cujos frutos formam providamente celeiros para os tempos da guerra e do inverno. Seu principal sustento é o milho grosso, dele fazem várias iguarias. As caças os ajudam muito, porque são aqueles matos abundantes delas.³⁸

Mencionados também usos da floresta e suas diversas essências para a proteção do quilombo. Este traço dialoga talvez com o estudo que Sidney W. Mintz fez no Haiti, das cercas vivas plantadas, com sofisticação, em diversas funções, nos jardins próximos das casas.³⁹

Alguns estudiosos mencionam as árvores da floresta utilizadas pelos habitantes, muitas das quais são evocadas, às vezes com saudade, pelos canavieiros que tiveram, no século XX, a possibilidade de cultivá-las, ou aos quais esta foi negada: “(J)aca, laranja, manga, lima da Pérsia, lima de umbigo, laranja-cravo, fruta-pão, cocos da praia, abacate, pitanga, limão, melancia, mamão, ananás, abacaxi, araçá, pinha, fruta do conde, banana, goiaba, joá, ingá, cajá, jenipapo, trapiá, jaracatiá, pitomba, sapucaia [...]”.⁴⁰ O autor lista igualmente

31 LARA, Sílvia Hunold. **Palmares & Cucaú: a aprendizagem da dominação**. São Paulo: Ed. USP, 2021. p. 130.

32 Idem, p. 111.

33 Idem, p. 374.

34 Traço constante em todas as expedições, até a conquista do território. Assim, em 1697, o soldado Constantino de Abreu testemunha que foi uma dimensão das ‘entradas’ das quais participou: “a fazer guerra aos negros levantados [...] em que se lhes destruíram as suas plantas e mantimentos”. CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Editora Nacional, 4ª ed., 1988. p. 121. Fenômeno comparável foi observado na expulsão dos moradores de engenho para as pontas de rua.

35 MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p. 188.

36 LARA, Sílvia Hunold; FACHIN, Phablo Roberto Marchis (org.). **Guerra contra Palmares**. O manuscrito de 1678. São Paulo: Chão Editora, 2021. p. 56.

37 LARA, 2021, op. cit., p. 291.

38 LARA; FACHIN, op. cit., p. 18-19 e 116-117.

39 MINTZ, Sidney W. Cercas vivas na região de Fond-des-Nègres, Haiti. **Cadernos de História**, Recife, p. 49-60, 2012.

40 CARNEIRO, op. cit., p. 46.

as essências úteis como a palmeira e os animais e aves selvagens comestíveis, ou então as criações, como galinhas. As atividades artesanais de construção de cercas, casas, objetos de uso cotidiano como chapéus e esteiras e cestas, mas também roupas, combinando cascas com “panos” e “peles”.⁴¹

A historiografia se detém a questões culturais e políticas importantes sobre heranças africanas ou não, na gestão das sociedades quilombolas. Talvez a rurofobia afligindo a tradição ocidental não tenha poupado o assunto. Assim, não se valoriza essa herança globalizada e riquíssima.

Sidney W. Mintz e Richard Price propuseram “a ideia da formação de uma nova cultura no Novo Mundo”, nas palavras de Silvia Hunold Lara. Ela sugere, conseqüentemente, evitar de “reiterar o eurocentrismo presente na documentação”.⁴²

*O nascimento da cultura afro-americana*⁴³ oferece perspectivas abertas, fugindo de dilemas. Assim, Mintz mostrou a composição mais heterogênea, na sua proveniência e modo de sujeição, da mão de obra explorada nos canaviais do Novo Mundo: povos originários, africanos escravizados e, no Caribe, europeus “sob contrato” antes de seus sucessores asiáticos, chineses e indianos. Ele evoca “a maré colossal de africanos algemados”, “marés humanas contando entre os fenômenos demográficos e aculturacionais mais maciços da história do mundo”.⁴⁴ Ao mesmo tempo, desenvolveu-se um fenômeno que designa como enculturação recíproca.

Entre as manifestações mais importantes dessa fusão de tradições diversas, o desenvolvimento de sistemas agroflorestais garantia-lhes a sobrevivência ao lado do latifúndio monocultor⁴⁵ e, mais ainda, nos territórios libertos, os quilombos.⁴⁶ São “campesinatos reconstituídos” ou “adaptações camponesas”,⁴⁷ segundo Mintz, que enfatiza: “Sobreviver simplesmente sob a escravidão era uma modalidade de resistência; as culturas dos povos contemporâneos no Caribe são, na sua inteireza, testemunho desta resistência.”⁴⁸

A perícia empregada contrasta com o “deserto de sacarose” do poeta Philippe Wollney. Mintz e Ciro Flamarion Cardoso⁴⁹ chamaram essa alternativa renovada de ‘brecha camponesa’.⁵⁰ Flávio dos Santos Gomes e João José Reis associaram o fenômeno à ampliação das fronteiras

41 Ibidem, p. 47.

42 LARA, op. cit., 2021, p. 157.

43 MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana**. Uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Pallas; Universidade Candido Mendes, 2003.

44 MINTZ, Sidney W. Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras: a região do Caribe como oikoumenê. In: **O poder amargo do açúcar**. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Edufpe, 2ª ed., 2010. p. 79.

45 SIMON, Mateus Samico. **As ‘matas imensas, glória e coroa de todos os bosques do mundo’ e a ‘Zona da Mata’**: sociedade, paisagens e recursos florestais na colonização do Nordeste (c.1780-1808). Recife: PPGH-UFPE, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38855>.

46 A arqueologia fornece dados complementares. FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A arqueologia de Palmares – Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 26-51.

47 MINTZ, op. cit., 1984, p. 132, 141 e 139.

48 Ibidem, p. 229.

49 CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês?** O proto-campesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

50 Termo cunhado por Tadeusz Lepkowski.

econômicas.⁵¹ Ademais, esse dispositivo participa estreitamente da manutenção de uma força de trabalho *in loco*, para satisfazer as exigências dos latifundiários.

A modernidade promovida por esses europeus e seus descendentes no Novo Mundo foi qualificada por Mintz de “horrorosa novidade”: o latifúndio monocultor capitalista escravocrata que mobiliza aparentemente as atenções dos estudiosos, portanto foca os colonos e suas metrópoles – eurocentrismo embutido, por assim dizer. Estes, por sua vez, chamam propositadamente os camponeses vivendo no Brasil de ‘bárbaros’.

Canavieiros: proletários e-ou camponeses

NA ESTEIRA DE GRANDES PENSADORES da história ambiental e do campo, aparecem os rastros de algo considerado marginal frente ao mundo monocultor moderno (em qualquer época):⁵² múltipla é a experiência dos trabalhadores rurais da zona canavieira enquanto produtores agrícolas com certo grau de autonomia. Estudos repertoriam as dimensões escondidas: notadamente em virtude de outro viés da experiência, desta vez em termos de gênero, definido por Joan Scott. Sua importância crucial determinou a sobrevivência de populações esmagadas pelo latifúndio e o modelo da plantação-*plantation*.⁵³

José Lins do Rego e Gilberto Freyre tendiam a contar os moradores de engenho entre os recursos naturais à disposição dos donos das terras invadidas segundo o modelo *settler colonialism*. Thomas D. Rogers cunhou o termo *laboring landscape*⁵⁴ para descrever o fenômeno que afetou negativamente toda a reflexão acadêmica até períodos muito recentes. Manuel Correia de Andrade soube associar o mundo rural e seus principais atores. O próprio Caio Prado Jr. havia pedido a seu jovem colega um estudo preparando a desejada reforma agrária. Assim nasceu o clássico: *A terra e o homem no Nordeste*,⁵⁵ valorizando, na tradição francesa de Lucien Febvre, a associação história e geografia que inspira até hoje jovens pesquisadores como José Marcelo Marques Ferreira Filho.⁵⁶

De fato, a presença e atuação dos moradores de engenho tornaram-se objeto de estudo por ocasião de seu amplo desaparecimento enquanto produtores semiautônomos. A expulsão

51 GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. Roceiros, camponeses e garimpeiros. Quilombolas na escravidão e na pós-emancipação. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela (org.). **Utopias agrárias**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 211.

52 Mintz afirma que a América fora moderna antes da própria Europa. Esta teve impacto negativo em qualquer espaço. Novamente, o eurocentrismo, na forma do famoso ‘bonde da história’, sugere sempre mais sacrifícios aos trabalhadores para alcançá-lo.

53 Sidney W. Mintz e Eric Wolf preferiram a tradução em português – plantação – de *plantation*, enquanto termo com a mesma amplitude semântica que seus equivalentes em línguas próximas (espanhol e francês). No entanto, costuma-se usar, no Brasil, o vocábulo inglês, que teve a virtude, durante a ditadura militar, de amparar estudos sobre esses assuntos, pois o fato da nomenclatura vir dos EUA parecia oferecer uma garantia de não radicalismo.

54 ROGERS, Thomas D. Imaginários paisagísticos em conflito na Zona da Mata pernambucana. **Cadernos de História da UFPE**, v. 6, n. 6, p.13-28, 2009.

55 ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

56 FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX). Recife: Editora UFPE, 2ª ed., 2022.

dos trabalhadores rurais e de suas famílias do espaço dos engenhos foi mais pronunciada a partir dos anos 1960, em Pernambuco.

Manuel Correia de Andrade atribuíu o fenômeno à construção de rodovias numa rede eficiente para carregar a cana dos engenhos para as usinas. Permitiu também o transporte pendular dos assalariados, doravante de moradia urbana ou em agrovilas. Como as ferrovias, um século antes, essa melhoria correspondeu a uma extensão da área plantada – e subsidiada – e a correspondente redução daquela que não era ocupada por cana.

O papel do Estado foi crucial em ambas as oportunidades. Malogro de verbas públicas empregadas para favorecer, mais uma vez, a ‘modernidade’ empresarial, vê-se primórdios de mecanização, uso de defensivos agrícolas e outros produtos químicos que envenenam tanto o ar quanto o solo e as águas.⁵⁷ Da mesma forma, é notável a inocuidade de medidas legais de proteção ao ambiente quando se trata de senhores do açúcar e do álcool.⁵⁸ O Estado deixou os produtores diretos da maior riqueza da região, não só sem acesso próprio aos meios de produção, como também num limbo jurídico enquanto assalariados, da abolição da escravidão até a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963).

Um contexto coercitivo: desmatamento, concentração fundiária e monocultura

DESDE QUE OS EUROPEUS aportaram aqui, trazendo uma planta estranha à região, reina o latifúndio monocultor e violento. Essa organização da produção tendeu secularmente a absolutizar seu domínio territorial. Ou seja, a atividade em foco aqui – os jardins dos trabalhadores rurais – foi rejeitada à margem. Funcionava apenas como subordinada a um poderoso modelo agroindustrial que continua vigente, doravante sob o brasão – paradoxal – da correção ecológica, o etanol substituindo em parte o açúcar.

A agricultura camponesa bem como a mata atlântica foram as vítimas desse sistema de plantação. Dados recentes da estrutura fundiária (INCRA, 2001) mostram um domínio das grandes propriedades (100 ha e mais): elas ocupam mais de 75% da área rural da região, até mais de 90% em certos municípios.

Como o sublinharam vários especialistas, em particular Mintz, esse fenômeno, além de suas dimensões de motor demográfico, desapossou os cultivadores da terra que trabalhavam,⁵⁹ um aspecto fundante da modernidade capitalista como analisado por Marx: isto ocorreu em concomitância com as *enclosures* que, na Europa, destruíam sistemas agrícolas e agropastoris de tipo camponês para instaurar unidades de produção de lã capazes de abastecer a revolução

57 MELO, Maiara Gabrielle de Souza. **Gestão ambiental no setor sucroalcooleiro de Pernambuco**: entre a inesgotabilidade dos recursos naturais e os mecanismos de regulação. Recife: Edufpe, 2011.

58 MOMESSO, Mariana de Abreu. **Operação Engenho Verde**: usinas sucroalcooleiras de Pernambuco e a questão ambiental. Recife: Edufpe, 2011.

59 MINTZ, op. cit., 1984, p. 131-213. Ver também: A escravidão e a ascensão de campeonatos. In: **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, 2012.

industrial capitalista. Não se pode imaginar maior separação do produtor do principal meio de produção do que a *naqba* que afetou os ancestrais dos canavieiros: sequestro na África e expulsão na América, além da expropriação radical dos donos da terra. Vários sistemas agrícolas, agropastoris e agroflorestais sofisticados – pois esses universos camponeses praticavam estas várias artes – foram destruídos em três continentes pelo capitalismo histórico.

O Nordeste brasileiro, como o Caribe, reputa Mintz, foram espaços submetidos a uma investida militar contínua durante séculos para garantir o que Gilberto Freyre chamou pudicamente de “avanço civilizador dos canaviais”. Embora alienígena no tipo e organização da produção, a sacaricultura foi naturalizada: ‘vocação natural’ da região na sua forma *plantation*. Na definição de Mintz e Wolf, é uma instituição política original, invenção dos europeus. Nem o mundo chinês,⁶⁰ nem o islâmico – inclusive Al Andaluz⁶¹ – ou a área de cultura indiana, pioneiros na produção de açúcar,⁶² abandonaram a policultura em regime de economia familiar para plantar apenas cana.⁶³

No Brasil, os engenhos, essas ‘fábricas no campo’, termo utilizado por Mintz, correspondem à instalação de uma “modernidade precoce”:

uma modernidade não esperada (e de fato não percebida): não percebida, talvez, sobretudo porque estava acontecendo nas colônias antes de acontecer nas metrópoles; e acontecia a pessoas cuja maioria havia sido roubada à força de mundos fora do Ocidente.⁶⁴

Ela completa 500 anos: o primeiro açúcar brasileiro chegou a Antuérpia em 1516. Donna Haraway e Anna Tsing, assim como Wendy Wolford desenvolveram adequadamente o conceito de ‘*plantationocene*’.⁶⁵

Monocultura organizada com monopólio da terra pelo ocupante, ou seja, a Coroa portuguesa: a função econômica da colônia Brasil era a sacaricultura, atividade altamente globalizada: planta asiática, com tecnologia agrícola e industrial indiana e persa, divulgada e aperfeiçoada na aclimação pelo mundo islâmico, em terras ameríndias e rapidamente com mão de obra predominantemente de origem ameríndia e africana. Os Estados da Independência e República continuaram a privilegiar essa dimensão, em virtude de um suposto ‘avanço’, o famoso ‘bonde da história’ eurocêntrica.

60 PERES, Victor Hugo Luna. Os migrantes chineses do açúcar: da produção em regime de economia familiar à ‘*plantation*’ caribenha. **Cadernos de História da UFPE**, v. 6, n. 6, p. 294-316, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/cadernosdehistoriaufpe/article/view/110057>. DABAT, C. R. Uma modernidade plural: sacaricultura e engenhos em Pernambuco e na China Qing. In: OLIVEIRA, Cláudia; GUETTI, Neuvânia Curty; ALLEN, Scott (org.). **Arqueologia de engenhos** – v. 1, Paisagens e pessoas. Recife: Edufpe, 2017. p. 11-33.

61 SILVA, Livia Moraes e. A produção açucareira em Al-Andaluz: características e etapas (séculos X ao XV). **Cadernos de História da UFPE**, v. 6, n. 6, p. 272-293, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/cadernosdehistoriaufpe/article/view/110056>.

62 BOSMA, Ulbe. **The World of Sugar**. How the Sweet Stuff Transformed Our Politics, Health, and Environment over 2,000 Years. Cambridge: Harvard UP, 2023.

63 Fora, talvez, a região do baixo Iraque, onde ocorreu a famosa revolta dos Zenjs no final do século IX.

64 MINTZ, op. cit., 2010, p. 87.

65 HARAWAY, D.; TSING, A. **Reflections on the plantationocene**. Madison: Edge Effects Magazine, 2019. WOLFORD, Wendy. The plantationocene: A Lusotropical Contribution to the Theory. In: **Annals of the American Association of Geographers** (early view online). 2021.

Brecha camponesa, sistema-Brasil e lavoura branca

Antes de escapar, as escravas roubam grãos de arroz e de milho,
pepitas de trigo, feijão, sementes de abóbora.
Suas enormes cabeleiras viram celeiros.
Quando chegam nos refúgios abertos na selva,
as mulheres sacodem as cabeças e fecundam assim a terra.
(Galeano).⁶⁶

Prática muito viva durante séculos em virtude de seu caráter imprescindível para a plantação, a brecha camponesa permitia que os proletários rurais, escravizados ou não, provessem seu sustento – inclusive ‘em nível das gerações’⁶⁷ – ao menos em parte.

Em muitos casos, os plantadores [...] tentavam resolvê-las (dificuldades no abastecimento) usando a própria mão de obra escrava para produzir sua alimentação. [...] (B)oa parte do sustento dos escravos era, de fato, produzida pelos próprios escravos e, em muitos casos, eles também produziam uma boa parte dos produtos consumidos pelas populações livres das sociedades de plantação.⁶⁸

Como mencionado, Mintz e Cardoso adotaram o termo ‘brecha camponesa’, na medida em que a atividade rompia com a monocultura vigente. Isto é, propuseram uma abordagem que valorizasse uma experiência aparentemente acessória ao desenvolvimento da economia açucareira dominante. Desafiaram assim as camadas de subalternidade consolidadas na literatura. Com efeito, são práticas em ambientes considerados subalternos pela longa gestação colonial – ademais, rurais – e ainda resultam dos esforços de populações de trabalhadores explorados da forma mais extrema, enquanto escravizados, durante quatro dos cinco séculos de produção canavieira.

Nem a historiografia marxista clássica conseguiu moderar essa condenação à subalternidade da prática jardineira dos cortadores de cana. Pois, a produção agrícola em sítios e roçados foi interpretada como elemento comprobatório de atraso. A agricultura em regime de economia familiar é dita de ‘subsistência’, como se fosse feito menor, embora abasteça a região em alimentos, servindo eventualmente propósitos de fundo de greve, como foi o caso nos anos 1980. Segundo a nomenclatura do evolucionismo cultural marxista, na sequência dos modos de produção, seria um traço ‘feudal’. O Partido Comunista Brasileiro resistiu às objeções de Caio Prado Jr. Até nas cartilhas do Movimento dos Sem Terra, os canavieiros pernambucanos moradores de engenho são assimilados aos servos medievais na Europa. A implicação dessa identificação modifica substancialmente os objetivos da luta política, propondo uma aliança com a ‘burguesia nacional’ para derrubar o suposto ‘feudalismo’, percurso obrigatório antes de promover a luta pelo socialismo.

Consequentemente, para a historiografia marxista ou não, os cortadores de cana alcançariam o estatuto moderno de proletário apenas uma vez expulsos dos engenhos para as

66 GALEANO, Eduardo. **Memória do fogo**. v. II. As Caras e as Máscaras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 30.

67 Expressão de Marx na definição do salário, no primeiro volume do *Capital*.

68 MINTZ, S. W. Era o escravo de plantação um proletário? *In*: op. cit., 2010, p. 156-157.

pontas de rua da região e, portanto, impedidos de praticar a agricultura que seus antepassados conheciam e transmitiam. Só então, avançando no estágio moderno, cidadãos na sua moradia, seriam atores sociais capazes, enquanto classe, de criar historicidade.

Em resumo, talvez a história ambiental contribua para revalorizar essa experiência histórica, repelindo os epítetos: colonial, rural, servil, atrasado. Pois ela tem ferramentas e abordagens que permitem ensaiar outras perspectivas, fugindo do eurocentrismo.

Jardins de resistência: sítios-roçados e acesso a terra

PODE-SE DEFENDER a proposta inversa: é precisamente sua atividade enquanto agricultores, no que hoje se considera agroecologia e sistemas agroflorestais, que os qualifica como atores sociais importantes para o devir da sociedade como um todo, escapando da colonialidade capitalista intrínseca ao engenho.

Eles praticavam o que Gilles Clément chama de ‘jardinagem de resistência’, com todas as qualidades que atribui à atividade, numa redefinição completa do conceito. Eles e elas tentavam, na estreita medida do possível, no perímetro concentracionário da *plantation*, praticar uma arte que hoje poderia ser classificada como ‘jardins em movimento’. Criaram paisagens diversificadas; mantiveram-se numa convivência útil com as matas, os rios, os mangues, cujos produtos contribuíam para sua subsistência. Além dela, criaram paisagens por transfiguração, segundo a categorização elaborada por Philippe Descola para os Achuars da Amazônia.⁶⁹ Ou seja, a história ambiental permite levantar perguntas muito instigantes, até mesmo em âmbitos pouco suspeitos de apresentar ainda novidades.

Experiência muito rica, embora escondida, os sítios e roçados foram descritos por Josué de Castro como “benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região”.⁷⁰ Pois, a zona canavieira de Pernambuco importa, desde o começo, 70% de sua alimentação de outras áreas. Nas regiões do sul da China e golfo do Tonquim, no Vietnã, com circunstâncias agroecológicas comparáveis, os camponeses produzem de três a quatro safras (sucessivas e concomitantes)⁷¹ por ano, na sua grande maioria, comida.

Os canavieiros jardineiros expressam assim a herança escondida das resistências cotidianas dos trabalhadores. Associando tradições agroflorestais de pelo menos dois continentes, a chamada ‘lavoura branca’ permitiu a sobrevivência de competências camponesas, de policultura, exploração dos recursos naturais mangues e florestas, ou cursos de água. Um dos raros espaços e momentos em que ela pode dar vazão a todo seu potencial foi, como mencionado, nos territórios dos quilombos.

69 DESCOLA, Philippe. **Les lances du crépuscule**. Relations jivaro, Haute-Amazonie. Paris: Plon, 1993.

70 CASTRO, Josué. **Sete palmos de terra e um caixão**. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1967. p. 51.

71 GOUROU, Pierre. **La terre et l’homme en extrême-orient**. Paris: Flammarion, 1972. p. 70. GERNET, Jacques. **Le monde chinois**. Paris: A. Colin, 1972. p. 420.

Ademais, a agricultura camponesa existiu em terra cedida pelos proprietários para os seus trabalhadores permanentes, uma posse precária. Sem direito nem segurança. Constituiu-se de forma abrangente na medida em que os proprietários precisavam manter, a custo mínimo, amplos contingentes de trabalhadores necessários em certas épocas do ciclo agrícola da cana. Como evocado, a possibilidade de transporte pendular por estradas provocou a expulsão dos trabalhadores e suas famílias do território dos engenhos. Perderam o acesso ao sítio/roçado.⁷² Herdeiros do ‘sistema Brasil’, eles haviam reconciliado minimamente o abastecimento alimentar e a monocultura. Ocupavam a mão de obra familiar,⁷³ sobretudo as mulheres.⁷⁴ Todo mundo sabia “plantar”.

O Estado brasileiro não contribuiu para essa produção: como o mostrou Thomas Rogers,⁷⁵ a pesquisa agrônômica era toda dedicada à cana-de-açúcar. Ademais, os dispositivos legais garantindo o acesso limitado a terra para os trabalhadores rurais permanentes não foram aplicados. Mary Wilkie designou o fenômeno: “As Leis que existem e sua não aplicação”.⁷⁶ Paradoxalmente, os textos legais tornaram-se mais precisos na medida em que o canavial estava sendo esvaziado de gente. Do Estatuto da Lavoura Canavieira (1941) à Lei dita do Sítio (1965), o Estado brasileiro,⁷⁷ pesadamente presente no setor canavieiro do lado patronal, tomou poucas iniciativas quanto à terra cedida aos trabalhadores.

Apenas no começo dos anos 1960, a ideia de reforma agrária afirmou-se em vários setores políticos como fator de modernização, já que o latifúndio monocultor pareceu, por um breve momento, obsoleto. Certo consenso, nas altas esferas, concluiu que algo havia de ser empreendido para evitar mudanças radicais como em Cuba, a partir de 1959, ou na China, dez anos antes. Mas as tentativas de reformas de base, inclusive a reforma agrária que Jango havia anunciado, não foram levadas a cabo.

Até mesmo a experiência de Tiriri,⁷⁸ organizada em terras alugadas pela Sudene, manteve a predominância da cultura da cana. Pe. Crespo lamentara a precariedade das garantias

72 Pesquisas, nos anos 1980, já mostravam que 90% dos trabalhadores fichados nunca haviam sido proprietários nem que seja de um quintal; 85% desses trabalhadores rurais nunca haviam tido relação formal alguma com qualquer porção do principal meio de produção com o qual trabalhavam.

73 ARAÚJO, Espedito Rufino de. **O trator e o ‘Burro sem Rabo’**. Consequências da modernização agrícola sobre a mão de obra na região canavieira de Pernambuco – Brasil. Genève: IUED (mimeo), 1990. p. 158.

74 BEZERRA, Marcela Heráclio. **Mulheres (des)cobertas, histórias reveladas**. Relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na Zona da Mata sul de Pernambuco (1980-1988). 2012. (Dissertação de mestrado) – UFPE-PPGH, 2012.

75 ROGERS, Thomas. **The Deepest Wounds**. A Labor and Environmental History of Sugar in Northeast Brazil. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.

76 WILKIE, Mary. **A Report on Rural Syndicates in Pernambuco**. Rio de Janeiro: CLAPCS, 1964. p. 5.

77 O Decreto-Lei n. 3.855, de 21 de novembro de 1941, na esteira da legislação varguista, estipula genericamente a “concessão ao trabalhador, a título gratuito, de área de terra suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família”. Pode-se considerá-la como salário *in natura*. Em 1944, o art. 23 do Decreto-Lei n.º 6.969 (19/10/1944) precisa “uma área de terra próxima à sua moradia”. O Estatuto do Trabalhador Rural (1963), art. 2º, prevê o salário “em dinheiro ou *in natura*”, sob a última designação pode-se entender a posse (precária) de um lote de terra além de casa. A chamada Lei do Sítio (Decreto-Executivo n. 57.020, de 11/10/1965) – surgida após o golpe militar – permaneceu não aplicada, como as demais disposições, por falta de vontade das autoridades, como para boa parte da legislação suposta proteger os trabalhadores rurais.

78 DABAT, Christine. Os primórdios da Cooperativa Agrícola de Tiriri. **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 23, p. 129-169, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24837/20110>.

oferecidas pela lei, pois os agricultores não tinham o acesso garantido à terra que vinham trabalhando, às vezes, gerações a fio. “As suas vidas estão ligadas a esta terra, cujas árvores por eles plantadas nasceram com suas crianças, com elas cresceram... têm a sua mesma idade.”⁷⁹ Além da ameaça dos agrotóxicos envenenando solos e águas.

O asfalto e o Proálcool selaram o fim dos sítios, e essa brecha camponesa em toda a sua extensão pareceu extinta, junto com as grandes matas. Mas, as ocupações de terra – legalizadas ou não, assentamentos coletivos ou pequenos lotes nos interstícios do latifúndio –, retomaram a prática nos últimos decênios, demonstrando sua extraordinária capacidade de resiliência, como o provou Marcos Figueiredo na sua tese.⁸⁰

Violência contra as pessoas e seu ambiente

A CONDIÇÃO DE MORADOR de engenho era passível de pressões do proprietário e de seus prepostos: chantagens; limitações nos usos do solo; parcelas longínquas, cheias de ‘pedras’; ou então capoeirão retomado para plantar cana, uma vez que os trabalhadores os havia limpado para suas próprias culturas.

O sítio é também ocasião de violência por meio de tratores e animais na hora das expulsões, até mesmo assassinatos. Ele se manteve, apesar do latifúndio monocultor, e em condições de dominação extrema da mão de obra. A impunidade reina até hoje na zona canavieira quando se trata do assassinato de um trabalhador rural e seus familiares, ou de seus representantes, sindicalistas, advogados etc.

Josué de Castro evoca as proibições de plantar árvores – mangueiras, bananeiras, maracujá – associadas a

superstições alimentares, proibições, restrições ao uso de certos alimentos em determinados períodos, tudo sem nenhum fundamento biológico, puras sobrevivências culturais das interdições dos senhores a seus escravos. A verdade é que esses tabus se constituíram como uma espécie de policiamento moral que os proprietários mantinham para defesa de seus bens.⁸¹

“Maracujá e banana nunca queriam que plantasse, não”, lembra o canavieiro João Oliveira da Silva. A bananeira tornou-se, no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), tema de canção de mobilização. As produções mais mencionadas pelos trabalhadores são as plantas alimentícias: mandioca, batata-doce e eventualmente jerimum, feijão e milho.⁸² Mas há igualmente os condimentos, plantas ‘de tempero’ nas palavras do professor Malaquias Batista Filho,⁸³ assim como tomate, cebola, etc. e coco.

79 Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, de 30/11/64). **Cadernos do Campo**, Recife, n. 3, 1965.

80 FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. **Una Estrategia de Desarrollo Local desde las Experiencias Agroecológicas de la Región Cañera Pernambucana, Brasil**. 2010. (Tese de doutorado) – Instituto de Sociologia e Estudios Campesinos, Univ. de Córdoba, Córdoba, 2010.

81 CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. v. I. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1961. p. 189.

82 Gregório Bezerra. Depoimento FUNDAJ.

83 Entrevista realizada para minha tese, assim como as demais, com trabalhadores rurais, com o aval do MSTR. DABAT, Christine R. **Moradores de engenho**. Recife: Edufpe, 3ª ed., 2024.

Velhos canavieiros entrevistados também mencionam plantas para remédios: “remédios do mato” que alguns velhos canavieiros recebiam de vizinhos ‘sábios’. Uma tradição fitoterápica cuja importância não pode ser ignorada por ser o único recurso de uma população privada de acesso à medicina moderna até os decênios mais recentes.⁸⁴

Ademais, havia plantas para usos domésticos muito variados, conta José Felipe Santiago:

Faziam até roupa de saco de açúcar. Eu alcancei muita gente vestindo roupa de saco de açúcar. [...] Eles tinham um preparo do mato que faziam, não sei como, pra tirar as letras! O meu sogro mermo fez muita roupa de saco de algodão pra sair. Não era pra trabalhar, não.

Os canavieiros entrevistados manifestam mais entusiasmo quando relatam as épocas de colheita. Detalham tudo o que plantavam, por exemplo, o número exato de árvores frutíferas. Descrevem com esmero a terra: sua localização; se tinha formiga ou não; as essências que davam melhor etc. Contam também como trocavam sementes e pés brotando com parentes e vizinhos, os únicos apoios dos quais gozavam até a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Os “seis pés de manga, quando botavam, toda semana tirava uma carguinha; levava pra feira, e dava pra comprar as roupas dos meninos”.

As quantidades produzidas mostram o quanto abasteciam também as feiras das cidades da Zona da Mata, conta Severino Antônio do Nascimento:

Banana, banana. Quando eu saí do sítio, deixei 170 touceiras de banana. Toda semana, eu tirava um milheiro de banana; [...] (E)u não vendia banana. Agora manga, jaca, fruta pão, eu vendia na feira. Farinha também. Toda semana, eu trazia uma carga de farinha aqui pra Igarassu.

O sítio-roçado permitia também a pequena criação para incrementar o cardápio dos domingos, ou do tempo de festas. E era uma reserva de valor em caso de necessidade, de acordo com este canavieiro.

Criava nesse tempo. Podia criar uma cabra, uma galinha, um pinto. Criar tudo. Hoje, pra criar um bicho, tem que ser tudo amarrado no pau e apanhar capim, porque até no mato da beira do rio, o infeliz fica botando veneno pro bichinho não comer. É um sofrimento. O cara cria pra quando, na hora da morte, ter alguma coisa pra vender, ajudar o enterro. A vantagem que tem, nenhuma. A vantagem era ter um sítio. Agora, o cabra tem o quê: pé de cana.

Malaquias Batista Filho, professor de nutrição, conduziu pesquisas de campo no final dos anos 1960, quando a situação era dramática. Ele permanece cético quanto ao impacto nutricional dos sítios e dos produtos da caça e pesca, pois não incidia para reduzir a falta de

84 Com a fugaz experiência da Cooperativa de Tiriri, fundada em 1963, o Dr. Fernando Barbosa descreve as condições de saúde dos trabalhadores, circunstâncias da ajuda médica que foi então brevemente (até o golpe militar) fornecida aos moradores dos engenhos que a integravam. **É emocionante ver o nome do Dr. Fernando Barbosa, esposo da professora Socorro Ferraz, que nos deixou em 31/3/2025. Foi um grande militante, uma pessoa com dedicação total à causa do povo brasileiro, como diria Darcy Ribeiro. Espero que ele vai ter mais leitores e se alegrar com isto, onde estiver!** BARBOSA, Fernando. Situação de saúde dos trabalhadores na zona canavieira de Pernambuco em 1963. **Cadernos de História da UFPE**, v. 10, n. 10, 2014. Dossiê: “O Longo Ano” de 1963, p. 155-170. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/cadernosdehistoriaufpe/article/view/109959>.

proteínas na medida em que as matas eram resquícios raros. “A caça não tem importância, talvez a pesca tivesse um pouco”. Lamenta que o vinhoto tivesse levado à quase extinção de “um alimento riquíssimo, alimento nobre [...] o pitú. [...] É muito gostoso, e que era muito abundante há cinquenta, sessenta anos passados. Hoje, praticamente não existe”.

Amaro José de Sena confirma: “Mas também a gente não morria de fome porque, do rio, a gente trazia a comida.” José Antônio de Lima concorda: “Tinha muita mata verde. Muita caça, muita árvore. Todos os rios, açudes, lagoas tinham peixe.” “O alimento, para quem se movia, era mais fácil”, confirma José Antônio de Lima. João Francisco dos Santos lembra as expedições. “Antigamente tinha (caça) porque tinha muita mata, e a gente matava muito tatu, muita paca, porco-do-mato. Fazia uma espera, matava uma paca. Tinha [peixe] porque a gente, naquele brejo, a gente juntava um camarãozinho, um sarapó, por ali. E a gente botava o balaio dentro e ia comendo.”

Alguns mencionam técnicas de pesca: “Aqui, naquela época, era bom que tinha o mato, tinha um preá, né? Tinha um preá pra ajudar. Tinha peixe, o rio! É, tinha o peixe. Minha mãe, quando se juntava meio-dia mais três filhos, tapava o rio com jereré, aquilo ajudava, né?”, lembra José Francisco Paiva. Amaro Carneiro da Silva também testemunha: “Meu pai mesmo saía pra feira. Eu mais dois irmãos, que ficavam em casa, pegávamos uma rede, ganhávamos um riacho que tinha.” E, orgulhoso, garante que, nos primeiros dias da semana, a pesca permitia poupar as reservas de comida oriundas da feira.

Mas era a época da já mencionada expulsão dos trabalhadores dos engenhos. Anunciava-se a modernização agrícola da sacaricultura, antes mesmo do Proálcool. Malaquias comenta a dieta habitual das populações:

A farinha fundamentalmente é uma fonte de calorias, parecida, mas mais rica do que o açúcar. Um teor de proteína muito baixo possui, quando não muito torrada, um pouco de vitamina C; ela se perde no processo de fabricação, de aquecimento. E possui muita fibra, faz com que, em determinados aspectos, a alimentação nossa na base de farinha seja mais racional do que a americana que tem poucos resíduos. No nosso caso, seria a farinha de mandioca, a macaxeira, o inhame que tem grande riqueza de fibras. Fundamentalmente, sua grande vantagem é de fato de ser calórica, a riqueza em fibras e em relação ao açúcar, a presença de vários princípios nutritivos que não existem na chamada caloria vazia do açúcar.⁸⁵

Espaço mais protegido do que o eito, onde as turmas são expostas ao arbitrário dos cabos, o sítio e roçado permitem uma atividade produtiva em área reservada, bem como a conjugação de tarefas de agricultura e criação com as tarefas domésticas, particularmente quando havia crianças pequenas na família. “Tinha mulher que trabalhava [no roçado]; minha mãe mesmo trabalhava muito, plantava. Meu pai plantava uma parte da terra de roça pra ela, e ela plantava pra eu”, lembra José Amaro dos Santos.

85 Entrevista com o professor Malaquias Batista Filho.

Todo mundo sabia “plantar”, isto é, praticar culturas alimentícias básicas como mandioca, macaxeira, batata-doce, conhecimento que se perdeu com a expulsão generalizada dos moradores dos engenhos. José de Souza da Silva conta:

E naquele tempo todo mundo plantava. Todo mundo tinha uma plantaçãozinha: era macaxeira, roça, batata, essas coisas. E a fome era menos, porque todo mundo tinha. [...] Naquela época, a alimentação pra quem tinha um monte de crianças. Quem tinha uma cabra, uma vaquinha, aí aquela criança, sempre comia um leitezinho. E quem não tinha, prontamente era uma papa d'água. Ou então com uma vizinha dessas, uma coisa e outra, aí alimentava assim.

A falta de espaço para essas produções se tornou flagrante no século XX. Considerando apenas trabalhadores rurais de ponta de rua, em 21 municípios e no mesmo período, a situação era mais radical ainda. Dos 7.056 entrevistados, apenas 5% tinham um pedaço de terra ‘para plantar’, embora 33,50% fossem ‘fichados’ e 47,01% trabalhassem o ano todo na cana, muitas vezes, no mesmo engenho de onde haviam sido expulsos, ou seja, preenchessem as condições legais de acesso a terra cedida.⁸⁶

Jardins de resistência e transfiguração de paisagem

NOS SEUS TESTEMUNHOS, trabalhadores rurais idosos manifestam sinais de emoção, quando descrevem o que significavam para eles as florestas remanescentes. Listam os animais que encontravam e, às vezes, perseguiam. João Francisco dos Santos lembra “tatu, muita paca, porco-do-mato, capivara, pata, teiú”. Muitos descrevem os pássaros. Vários confessam que, apesar da fome, não caçavam. Inácio Antão Dias tinha “pena dos bichos”, mas não dos peixes: “Nunca eu gostei de caçar pelo mato, não. Porque os bichinhos já se escondem de nós e a gente sair direto pra ir caçar os pobrezinhos, não. Deixa eles se alimentarem do jeito que querem”.

Combinando as sugestões de Gilles Clément e Philippe Descola, poder-se-ia, por meio da história ambiental não eurocêntrica, enriquecer ainda mais as conclusões às quais Mintz chegou a respeito dos sítios dos escravos no Caribe:

Quando o escravo produz alimentos para si e sua família, ele acrescenta uma produção para uso direto ao panorama econômico de sua posição estrutural. E quando ele acrescenta a venda de seu próprio produto, ele acrescenta ainda um outro – algo contrário – elemento à realidade da escravidão antilhana. Quando ele compra, com o dinheiro que ele ganha vendendo seus produtos, ele acrescenta mais um elemento de tipo contraditório. E quando – como era o caso nessas sociedades – ele abastece as classes livres dentro da sociedade escravista, isso acrescenta ainda outro tal elemento.⁸⁷

Esse empoderamento – dobrado quando são mulheres – foi muito justamente demonstrado por Mintz. Ao cuidar de inúmeras plantas e explorar sustentavelmente a floresta ainda existente,

86 ARAÚJO, Espedito Rufino; DABAT C. R. **Situação dos trabalhadores rurais residentes das periferias das cidades da região canavieira de Pernambuco**. Recife: Sudene/Fetape/UFPE, 1988.

87 MINTZ, S. W. Era o escravo de plantação um proletário? *In*: op. cit., 2010, p. 160.

os cortadores de cana também zelaram para manter o que fosse possível do *tiers paysage* da região frente à monocultura triunfante. São '*jardins de resistência*', de acordo com a definição de Gilles Clément

Por jardim de resistência entende-se o conjunto dos espaços públicos e privados onde a arte do jardim – seja ele jardim tipo roçado ou jardim ornamental, parques urbanos ou espaços de acompanhamento da cidade, territórios pertencentes ao âmbito urbano ou ao campo – desenvolve-se de acordo com critérios de equilíbrio entre natureza e homem, sem sujeição às tiranias do mercado, mas com a preocupação de preservar todos os mecanismos vitais, todas as diversidades – biológicas ou culturais – no maior respeito aos suportes de vida (água, solos, ar) e com a maior preocupação em preservar o bem comum e a humanidade tributária deste bem comum.⁸⁸

Marcos Figueiredo mostra nas suas obras a incrível competência dos agricultores que acompanhou durante vários anos. Os progressos da policultura sustentável, produção alimentícia agroecológica para autoconsumo e abastecimento das feiras na Mata Sul, é nitidamente visível nas fotos 'antes' e 'depois'.⁸⁹ A própria paisagem encontra-se modificada. As associações de essências de árvores diversas, frutíferas ou não, providenciam abrigo não apenas às plantas mais delicadas que não sobreviveriam sem guarda-sol, mas rapidamente chamam, por assim dizer, múltiplas espécies de animais, pássaros, pequenos preás etc. que desapareceram com a saudosa mata.

A beleza dessas paisagens, em escala quase que miniatura, nas dobras do terreno que o trator ou a carregadeira não podem alcançar, lembra as frases de Philippe Descola no seu curso, de 2012, no Collège de France.⁹⁰ Ele reputa que sua categoria de paisagem, como ampliação não eurocêntrica daquela, abrange também os jardins que fornecem alimentos.

Gilles Clément complementa:

O jardim de hoje não poderia se limitar ao cercado tradicional, pois obriga a vizinhança a compartilhar. Os insetos, os pássaros, o oxigênio e a água não têm outro espaço que os encerre a não ser a superfície da terra e espessura da biosfera, eles ultrapassam as barreiras institucionais. Qualquer cerca no seio do jardim planetário é mera ilusão e é próximo de uma visão arcaica do domínio do que está vivo.⁹¹

Em conclusão, sugere

renunciar à violência da moldagem arquitetural para iniciar um diálogo onde o jardineiro, antes de intervir, apela para o gênio natural. Por gênio natural, entende-se o poder das espécies animais e vegetais a regerar naturalmente suas relações de forma a desenvolver da melhor maneira possível a dinâmica cotidiana da evolução.⁹²

88 CLEMENT, Gilles. **Aula inaugural**. Collège de France, 1 dez. 2011. p. 35.

89 FIGUEIREDO, op. cit.

90 DESCOLA, Philippe. Aula inaugural no Collège de France. 29 mar. 2001. **Cadernos de História**, Recife, ano 8, v. VIII, p. 24-48, 2012.

91 CLÉMENT, Gilles. **Aula inaugural**. Collège de France, 1 dez. 2011. p. 35.

92 Idem, p. 48.

A visão eurocentrada do Estado e da classe dominante, que o monopoliza há cinco séculos, só enxerga resultados quantitativos imediatos para seu benefício, com uma recusa total de qualquer alteração do acesso ao principal meio de produção. A perspectiva de uma reforma agrária, que permitiria a ampla difusão de experiências pontuais em benefício da população rural e urbana, permanece ausente, em detrimento das condições de vida da maioria. O desprezo da classe dominante para o mundo rural – traço típico do eurocentrismo – assim como para as realizações admiráveis dos que realmente criam toda a riqueza na região, permanece infelizmente vigente, inclusive na academia, numa visão freiriana do passado. As pesquisas e ações diversas realizadas sob a coordenação do professor Marcos Figueiredo, da Universidade Federal Rural de Pernambuco,⁹³ oferecem uma nova perspectiva, pois continuam a provar a vitalidade de tradições e competências, desembocando em soluções alternativas concretas à monocultura versão *plantation* capitalista com todas suas mazelas.

Recebido: 15/08/2024

Aprovado: 18/02/2025

93 Entre muitos outros escritos: FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra. Agroecologia e conhecimentos tradicionais: um olhar sobre experiências de povos e comunidades. *In*: FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer; FONSECA, Flávio Duarte da. **Agroecologia e diálogo de conhecimentos**: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia. Recife: UFRPE, 2017. p. 47-69.